



# REPOSIÇÃO

# SALARIAL

# JÁ!

# 6 anos sem reajuste

*Página 3*

## **REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

Conheça as agruras da proposta  
do governo e as maneiras como  
afetarão a PC e as pensionistas  
Páginas 4 e 5

## EXPEDIENTE

SINDICATO DOS  
INVESTIGADORES DE POLÍCIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ : 60.739.786 / 0001-95

Sede Própria  
Av. Casper Líbero, 58, 7º andar  
São Paulo – Cep 01033-000  
Fones/Fax: 3229-0430 / 3326-8307  
3326-8306 e 3228-9855  
Site: www.sipesp.org.br  
E-mail: sipesp@sipesp.org.br

## DIRETORIA EXECUTIVA:

João Batista Rebouças da Silva Neto - Presidente  
Roberto Alves Batista Junior – Vice Presidente  
Vitor Peiloto – Secretário Geral  
Paulo Augusto Ribeiro Morato Erica – Secretário Adjunto  
Vladimir Dina Convento – Diretor Financeiro  
Aparecida Regina Loureiro - Diretora Financeira Adjunta  
Manuel Borges de Miranda – Diretor Jurídico  
Adão Aparecido – Diretor Jurídico Adjunto  
Dorival Alves Bezerra – Diretor de Patrimônio  
Carlos Luiz Bezerra – Diretor de Patrimônio Adjunto  
José Mario Evangelista – Diretor Social  
Duarcy Gomes de Araujo – Diretor Social Adjunto  
João Carlos Pavão de Paiva – Diretor de Esportes, Lazer e Cultura  
Vilma Aparecida Rosa – Diretora de Esportes,  
Lazer e Cultura Adjunta  
Jose Elísio de Sant'anna – Diretor de Relações Públicas  
e Sindicais  
Alcyr Souza Reis Junior – Diretor de Relações Públicas  
e Sindicais Adjunto  
Reinaldo Farias de Assis – Diretor do Interior  
Jose Antonio de Mendonça – Diretor do Interior Adjunto  
Cecílio Ferreira Vilela – Diretor de Aposentados e Pensionistas  
Nelson de Souza – Diretor de Aposentados  
e Pensionistas Adjunto

## CONSELHO FISCAL:

Luiz Henrique de Oliveira – Presidente  
Paulo Sergio Kotzent – 1º Vice Presidente  
Salvador José Vieira – 2º Vice Presidente  
Rosivaldo Francisco Machado dos Santos – Secretário  
Amaldo Magalhães de Lima – 1º Secretário Adjunto

## SUPLENTE:

Joraci de Campos – Presidente  
João Sampaio Lopes – 1º Vice Presidente  
Paulo Diniz Almeida Leite – 2º Vice Presidente  
Agnaldo Gonzaga da Silva – Secretário  
Eduardo Pinto Feijó – 1º Secretário Adjunto

## JORNAL SIPESP:

## CIRCULAÇÃO BIMESTRAL

Jornalista Responsável:  
Nelson Cioffi - MTB 12.511

## Redação:

Jessamy Kisberli - MTB: 62.778/SP

## DIRETOR PRESIDENTE:

João Batista Rebouças da Silva Neto

## COORDENAÇÃO DE EDIÇÃO:

Vitor Polito

## Editoração Eletrônica:

Dario Silveira



## PALAVRA DO PRESIDENTE

## Polícia Civil enfrenta novos tempos, novos desafios e novos retrocessos

A Polícia Civil paulista vive tempos temerosos. Além de enfrentar o intenso dia-a-dia nas precárias delegacias espalhadas pelo Estado, as prerrogativas da categoria têm sido desprezadas pelos governantes que, promessa em cima de promessa, mandato atrás de mandato, salientam a importância dos agentes de Segurança Pública, mas sem nunca se importar realmente com os percalços encarados por mais de 9 mil investigadores de São Paulo.

Nesta edição do SIPESP - O jornal, expusemos as mais recentes lutas dos investigadores e as incansáveis investidas dessa gestão para conseguir atender à carência dos profissionais. Na página 3, relembremos as dificuldades enfrentadas pelos policiais civis, que estão há seis anos sem quaisquer sinais de um possível reajuste salarial.

Outra questão que tem tirado o sono da categoria é a Reforma da Previdência do governo Bolsonaro, que afetará todos os policiais, sejam aposentados, antigos ou novos. No projeto do governo, policiais civis, federais e agentes penitenciários e socioeducativos estão abrangidos na reforma e, nas páginas 4 e 5, fazemos uma reflexão sobre as cruéis regras da previdência.

A reunião com o deputado Danilo Balas deu início ao trabalho de atuação do SIPESP junto aos deputados para falar sobre a realidade da Polícia Civil de São Paulo. Confira, na página 6, o desfecho do encontro.

Em Guaratinguetá, a Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes (Dise), começou um trabalho com cães farejadores, proposta inovadora para a categoria na região. Veja matéria completa sobre a importância da iniciativa na página 7.

Na página 8 falamos sobre o VIII Encontro do SINDIPOL/ES, evento que debateu a política e organização a serem adotadas na luta pela categoria policial civil em todo o País. E ainda abordamos o sucesso do curso de tiro encabeçado pelo Sindicato e que está chegando a inúmeros policiais dentro das delegacias e penitenciários de São Paulo e do interior.

O Sindicato não para. A mobilização, união e participação dos trabalhadores é parte fundamental nesse processo. Só assim conseguiremos caminhar juntos rumo ao fortalecimento da categoria. Continue fortalecendo o SIPESP!

Um grande abraço,

**João Batista Rebouças da Silva Neto**  
Presidente do Sindicato dos Investigadores de  
Polícia do Estado de São Paulo - SIPESP





## SIPESP segue insistindo, junto ao governo, por reposição salarial



Em seis anos o Brasil teve três presidentes, três governadores, três prefeitos e ninguém que efetivamente resolvesse os mais de seis anos em que a Polícia Civil ficou sem receber o reajuste ou sequer, uma reposição salarial.

O SIPESP tem brigado constantemente por melhorias no meio político, buscando por soluções junto ao Executivo, Legislativo e até mesmo junto ao Judiciário. Uma das mais recentes reuniões foi com o deputado Danilo Balas; outras estão sendo ajustadas para garantir que a categoria tenha a efetiva valorização e seja tópico de debates e propostas dos políticos, especialmente os que têm uma vida dedicada ou ligada à segurança pública.

Apesar dos esforços, muitas dificuldades são encontradas para que a data-base da categoria - todo o mês de março - seja cumprida. Em 2013, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que significa maior poder de compra e qualidade de vida para os policiais civis, foi de 5,83%; em 2014, de 5,91%; em 2015, 6,40%; em 2016, 10,67% e em 2017, de 6,29%. No entanto, não hou-

ve reajuste ou reposição salarial nos últimos seis anos. Para que os policiais civis tenham ganhos, o SIPESP pede que haja reposição salarial mais a perda inflacionária do ano anterior.

Atualmente, o investigador de polícia de 3ª classe tem como salário-base R\$ 1.871,99 e mais R\$ 1.871,99 de RETP (Regime Especial de Trabalho Especial), totalizando R\$ 3.743,98, além do Adicional de Insalubridade que foi reajustado, em 28 de fevereiro de 2019, e foi de R\$ 691,64 para R\$ 712,52, de acordo com a Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado. Um reajuste de pouco mais de R\$ 20 a quem arrisca a vida diariamente.

Em muitas entrevistas o governador de São Paulo João Dória revelou que pretende aumentar os salários dos servidores das Polícias Civil e Militar, para que estejam entre os maiores do país. "Até o final do meu mandato os policiais militares e civis de São Paulo serão os mais bem pagos do País. Isso é um compromisso e nós vamos cumprir. Só não vamos nos precipitar e fazer de forma ansiosa, comprometendo o orçamento do Estado", afirmou.

E todos continuam aguardando, ano após ano. A falta de compromisso do Poder Público com uma política séria de segurança pública e, principalmente, com a adesão da classe policial no apoio às reivindicações prejudica ainda mais a Polícia Civil. A necessidade do apoio dos policiais, independente de serem ou não sindicalizados, é condição indispensável para que seja possível alcançar os objetivos dos investigadores paulistas.

## Pesquisa revela insatisfação dos policiais com relação à falta de reajuste salarial

A Polícia Civil é um dos órgãos que compõem a Segurança Pública brasileira e tem como função prevenir, reprimir e investigar crimes. Mas na prática, os investigadores de polícia, de forma específica, sabem que os atributos aplicados à profissão são inúmeros e ainda mais intensos. Por isso a incessante cobrança por melhoria salarial por parte da PCSP.

A PC é composta por diversas carreiras, mas, da classe operacional, apenas investigadores e escrivães de polícia devem possuir nível superior, além dos delegados, que devem necessariamente ter cursado Direito.

Ainda que em menor quantidade, alguns estados possuem carreiras que exigem apenas ensino médio. Uma delas é a de auxiliar de papiloscopista. Contudo, em

função do crescimento do ingresso de brasileiros no ensino superior, a tendência é que até mesmo estas passem a exigir nível superior.

Apesar de tantas exigências e problemas ligados ao acúmulo de função e precárias condições de trabalho, o salário não condiz com as atividades exercidas pelos investigadores.

Pensando nisso, o SIPESP incluiu uma enquete no site para saber a opinião dos investigadores sobre a carreira. A pesquisa revelou que eles destacam a defasagem salarial como principal ponto a ser corrigido na carreira; o reconhecimento efetivo da aposentadoria especial com paridade e integralidade e reestruturação ocupam segundo e terceiro lugar na lista de prioridades. **Confira:**

### Enquete

Com a chegada do novo Governo, qual a principal melhoria que deve ser realizada na Polícia Civil?

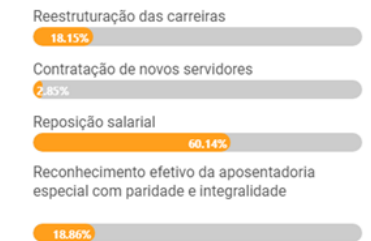
- Reestruturação das carreiras
- Contratação de novos servidores
- Reposição salarial
- Reconhecimento efetivo da aposentadoria especial com paridade e integralidade

Votar

Ver Resultados

### Enquete

Com a chegada do novo Governo, qual a principal melhoria que deve ser realizada na Polícia Civil?



Total de votos: 281 | Resultado Avançado

## Salários pelo Brasil

O valor do salário dos investigadores é diferente em cada estado. No entanto, em muitos estados, os vencimentos encontram-se defasados.

Com referência de fevereiro de 2018,

a lista divulgada no site da Secretaria da Fazenda e Planejamento pela Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado de São Paulo é para uma jornada de trabalho de 40 horas. **Veja:**

L.C. Nº 547/88 - ÁREA - POLÍCIA CIVIL - OPERACIONAL			
DENOMINAÇÃO	PADRÃO SALARIO RETP		GRATIF. SALÁRIO REPRES. INICIAL
	BASE		
INVESTIGADOR DE POLÍCIA DE 3ª CLASSE I	1.871,99	1.871,99	3.743,98
INVESTIGADOR DE POLÍCIA DE 2ª CLASSE II	2.068,57	2.068,57	4.137,14
INVESTIGADOR DE POLÍCIA DE 1ª CLASSE III	2.285,76	2.285,76	4.571,52
INVESTIGADOR DE POLÍCIA DE CLASSE ESPECIAL IV	2.525,75	2.525,75	5.051,50

Além dos salários elencados, cada classe recebe R\$ 691,64 a título de Adicional de Insalubridade, reajustado, a partir de 1 de março de 2019 em 3,02%. Acesse o site e confira lista com todas as carreiras em São Paulo e pelo Brasil.

# Policiais civis de todo o Brasil se unem contra reforma da Previdência

O dia 21 de maio foi emblemático. Mais de 4 mil pessoas, entre policiais civis e apoiadores do movimento, se reuniram em frente ao Congresso Nacional para protestar contra a Reforma da Previdência. Mais de cem cruzeiros foram posicionados no gramado para representar policiais mortos em serviço. O protesto marca uma nova preocupação da categoria ao lidar com as regras previstas na Reforma para a aposentadoria.

O SIPESP, representado pelo diretor Maurício

Roberto do Amaral, participou do ato "Pelo Direito do Policial se Aposentar". O objetivo foi de demonstrar a insatisfação da categoria em relação à proposta da nova Previdência (PEC 6/2019), apresentada pelo Governo Federal, que desconsidera as particularidades e peculiaridades da atividade de risco desempenhada pelos servidores de segurança pública.

O deputado federal do Rio Grande do Sul, Ubiratan Sanderson (PSL), afirmou em discurso que os policiais terão o mesmo tratamento que os militares com relação à previdência, como a manutenção da atividade de risco policial prevista na Constituição Federal, integralidade e paridade para todos os policiais, diferenciação entre homens e mulheres na idade e tempo de contribuição e pensão integral por morte em serviço ou em razão do serviço.

Na mesma linha, o deputado Lincoln Portela afirmou que trabalhará incessan-

temente para que os policiais não percam seus direitos. Discursaram inúmeros deputados, vereadores e representantes sindicais interessados em mudar o quadro estabelecido pela Reforma.

São muitos pontos a serem analisados friamente pela categoria para evitar ainda mais perdas, além das questões salariais, déficit de policiais, sucateamento da profissão, entre outros. Para o diretor do SIPESP, o ato mostrou a força que a categoria tem para buscar um objetivo comum.

"A manifestação demonstrou a união dos agentes de segurança do Brasil, sem cargo, sem carreira, todos unidos por um ideal: barrar a reforma da previdência como foi apresentada", apontou o diretor.

## O futuro do policial aposentado

Nos últimos dez anos, houve uma explosão de 800% nos pedidos de aposentadoria; só em 2016, cerca de 48%

dos policiais (1.010) estavam próximos da aposentadoria; apenas 680 estavam no início da carreira.

Com a alta demanda, o departamento jurídico do Sindicato é solicitado para analisar caso a caso daqueles que estão na iminência de se aposentar ou mesmo aqueles que se aposentaram e perderam a aposentadoria especial. Nesses casos, o SIPESP ingressa com a medida jurídica adequada a fim de garantir a paridade e integralidade a todos os policiais. Esse tipo de ação é o carro-chefe do Sindicato quando se fala em demandas judiciais favoráveis aos sindicalizados.

Hoje, a luta do SIPESP é para que a Lei Federal 51/85, que trata da Aposentadoria Especial Policial, seja cumprida integralmente e que todos os policiais que preencham os requisitos exigidos na citada lei tenham a integralidade e paridade nos vencimentos, independentemente da idade.

## Em nova ameaça contra os direitos da Polícia Civil, SIPESP se opõe à Reforma da Previdência do Bolsonaro

A cada semana os debates sobre a Reforma da Previdência, proposta pelo governo do Presidente Jair Bolsonaro, se intensificam, especialmente entre representantes da Polícia Civil e da Polícia Federal

O entendimento da Polícia Civil e Federal é de que as propostas do governo da Reforma da Previdência colocam em risco a aposentadoria e as pensões de agentes de segurança.

Uma das plataformas de campanha que levou o presidente à vitória foi exatamente a valorização dos profissionais da segurança pública, questão que em apenas 6 meses de gestão ele já demonstra desinteresse. "A falta de compromisso do presidente com o que prometeu durante as eleições para as categorias mencionadas faz com que, pouco a pouco, seja deixado de lado o apoio dado inicialmente a Bolsonaro", salienta o presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto.

"A história do SIPESP se baseia em lutas em defesa de direitos dos investigadores, profissionais que beiram, ano a ano, desfigurações de sua carreira, de seu ambiente de trabalho e de suas vidas, mas que não deixam de oferecer excelência nos serviços prestados à po-

pulação paulista e que também serão afetados pela novidade da política nacional. Não podemos deixar que mais nada seja retirado da nossa categoria", argumenta Rebouças.

Apesar das pressões feitas pelo SIPESP e pelas demais representações sindicais, cobrando o cumprimento das promessas de campanha, o presidente está irredutível e entrando em negação com as tratativas feitas anteriormente, quando foi cogitado tratar de forma igualitária a Polícia Civil e a Polícia Federal com as Forças Armadas, em especial, no que diz respeito à integralidade, à paridade e à pensão em caso de morte dos policiais em serviço.

A preocupação é que Bolsonaro retroceda e a retirada de direitos prevista na Reforma da Previdência avance ainda mais em direção à segurança pública. O Sindicato dos Investigadores está caminhando alinhado à Polícia Federal para que a Previdência seja justa para os policiais de São Paulo e de todo o Brasil.



## O que muda?

Muitos policiais têm questionado a legitimidade da manifestação. Mas, afinal, o que muda com a Reforma da Previdência?

A Reforma atingirá todos os policiais, sejam aposentados, antigos ou novos. No projeto do governo, policiais civis, federais e agentes penitenciários e socioeducativos terão de se adequar às cruéis regras da previdência.

O primeiro ponto é que, no caso dos aposentados, a alíquota do imposto chegará a 22% - hoje paga-se 11%. Outro fator é que quem entrou para a Polícia antes ou depois de 2013 (no caso já terem sido policiais) está garantida a paridade, no entanto, será exigida a idade mínima de 55 anos para se aposentar. Por exemplo: atualmente você contribui 30 anos - 20 anos de atividade estritamente policial para homem e 15 anos estritamente policial para mulher -, mas a partir de 2020, a cada dois anos de

contribuição, vai aumentar um ano de tempo estritamente policial para fazer jus à aposentadoria. Na prática, a manutenção dos 30 anos de contribuição é ilusão, pois nos próximos 10 anos, terão que cumprir pelo menos com 25 anos de serviço estritamente policial se homem e 20 anos se mulher.

O cálculo do benefício será diferente: contribuindo sobre o teto do INSS, a estimativa é que o policial pegue 60% da sua média do salário de contribuição de todo o período. Para conseguir os 40%, além dos 60%, o policial terá que trabalhar mais 20 anos, ou seja, serão 40 anos trabalhados para conseguir receber sua parcela do teto do regime geral da previdência social.

A pior situação é dos policiais que ingressaram depois de 2013 e que não eram policiais. Pela reforma eles estarão limitados ao teto do regime geral da previdência, e, mesmo contribuindo sobre o teto, vão ter que aderir uma com-

plementação se quiserem ter uma aposentadoria complementar, e ainda assim terá regra específica.

Sobre as pensões, com a aplicação da Reforma, o (a) policial estará limitado a 50% do benefício para o (a) companheira (o) - que não será calculado sobre o salário de contribuição, com paridade ou não, e sim em cima do teto do INSS somado a 70% do que excede -, mais 10% por dependente, limitado a 100%. O dependente é reconhecido somente enquanto durar essa dependência.

No entanto, para que a companheira faça jus ao valor vitalício, ela terá que ter pelo menos 44 anos. E, sobre a regra geral, ela estará sujeita à, apenas, a pensão temporária.

Já a reforma da Previdência dos militares das Forças Armadas aumenta o tempo de serviço de 30 para 35 anos, mas não prevê idade mínima para a aposentadoria, chamada de reserva remunerada.

## "Se um sobe, todo mundo sobe", afirma agente federal Danilo Balas

Em 5 de maio, o presidente do SIPESP João Batista Rebouças da Silva Neto, o diretor Joraci de Campos e o advogado Fábio Alencar Trindade estiveram na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) para uma reunião com o deputado estadual agente federal Danilo Balas, que deu início ao trabalho de atuação do SIPESP junto aos deputados para falar sobre a realidade da Polícia Civil de São Paulo.

Recebidos pelo deputado - que tem 26 anos de segurança pública -, os representantes do Sindicato dos Investigadores começaram pontuando questões como a defasagem salarial, desvio de função, falta de reconhecimento, precariedade do sistema de saúde, entre outros.

"Eu fiquei 12 anos na Polícia Militar, fui integrante de uma força estadual de segurança pública e sofremos, lado a lado da Polícia Civil, a falta de reconhecimento. E digo a falta de reconhecimento em geral. Nesse novo Governo, a promessa de campanha é a recomposição salarial".

### Promessas de melhorias

Segundo o deputado, o governador João Dória deve providenciar viaturas, armas e melhorar as condições de trabalho. "Sabemos que a condição de trabalho é importante, mas se o salário não for digno, o nosso policial não vai ter condições mentais para poder trabalhar, temos também policiais morando em áreas de alto risco. Vemos colegas sendo caçados pelo simples fato de ser de um batalhão da polícia", lamentou Balas.

Além da falta de estrutura, segurança e reconhecimento, a Polícia Civil tem perdido no quesito de quantidade de policiais necessários para uma segurança adequada a um estado como São Paulo. "Hoje temos um déficit de quase 15 mil policiais. Nós mandamos, incansavelmente, ofício para sermos recebidos pelo governador, mas ele prefere ver um jogo de futebol que ver a morte de um colega", lamentou Rebouças.

De acordo com o presidente do SIPESP, recentemente abriu um concurso para agente administrativo do Detran com um salário de cerca de R\$ 6.400; o inicial do policial civil é de R\$ 4.800. "Então a procura é pouca, muita gente está indo para a iniciativa privada porque lá tem seguro, condições melhores de vida e, quando nos aposentamos, a



situação fica ainda pior. Somos praticamente psicólogos no nosso Sindicato", afirmou. Inúmeros suicídios foram relatados pela Ouvidoria da Polícia.

Rebouças salientou que é necessário uma reestruturação na polícia, diminuindo de 14 para cinco carreiras essenciais e mudanças na Lei Orgânica, para que os policiais possam trabalhar com condições mais dignas.

### Precariedade

Outro ponto abordado foi a situação das delegacias. Em Lorena e Bragança, de acordo com Balas, ainda tem presos nas unidades. O Projeto de Lei 1594/11 proíbe a custódia de preso, ainda que provisoriamente, em dependências de prédios das polícias federal e civil.

Uma pesquisa divulgada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), apontou que cerca de 95% das delegacias estão adequadas, mas estamos com inúmeras unidades caindo, como Lageado e a delegacia da cidade de Lorena. "Eu fiz uma indicação ao governador de verbas urgentes, comunicado no Diário Oficial, para essa delegacia em Lorena, onde a pilastra está caindo, ratos correndo, dividindo o teto - que está quase caindo -, com a Polícia Civil e presos, e lá dentro ainda tem um instituto de identificação civil, onde a população vai para tirar o RG. São três frentes correndo risco de morte: a população, os policiais e os presos", denunciou o deputado.

so deixe de existir. Não quero, da noite para o dia, receber o salário de delegado ou enganar os policiais. Só quero ser reconhecido pelo trabalho de investigador", falou Balas. "Eu sou a favor do aumento do salário do delegado; mas se um sobe, sobe todo mundo".

Atualmente, a polícia civil de São Paulo ocupa o 22º lugar no ranking de pior salário do País, em pesquisa da Ouvidoria da Polícia no Estado. "Só queremos um salário justo, afinal, nosso nível superior nos dá esse direito", lembrou Rebouças.

### União

"Eu fico contente com a visita de vocês. Por ser um investigador na PF, sei bem o que é a essência da polícia judiciária. O trabalho investigativo é trabalho de uma grande equipe. Tudo o que a PCSP precisar de representatividade aqui na Assembleia, podem contar com nosso gabinete", afirmou Balas.

O SIPESP passa a colaborar para que as prerrogativas discutidas durante a reunião sejam foco dentro da ALESP e para que o deputado tenha condições para colocar nos projetos de lei questões que beneficiem a polícia como um todo.

"Para tanto, é necessário que, quando houver a votação dos projetos de lei, a categoria esteja presente, afinal é do interesse dos policiais", pediu o chefe de gabinete do deputado, Rodrigo de Oliveira.

### Bancada de segurança pública

Na ALESP, há uma bancada de segurança pública que conta com 17 representantes, sendo três deles representantes dos delegados. Balas afirmou estar antenado com as pautas dos investigadores.

"Temos um projeto que altera o salário do delegado de polícia. Alça o salário do delegado ao dos defensores públicos do estado. Esse projeto está em andamento. De forma paralela, brigamos para que essa trava salarial e o fos-

## Projeto de Lei pretende dar passe livre para policiais no transporte público

Oferecer segurança e comodidade para os policiais civis é uma prioridade e, uma das alternativas encontradas pelo Vereador Reis (PT) foi propor, na Câmara Municipal, o Projeto de Lei 132/17, que institui o passe livre aos Policiais Civis e Militares e aos integrantes da Guarda Civil Metropolitana no transporte coletivo municipal.

Atualmente, os policiais, para obter a isenção no transporte, devem estar fardados ou apresentar a carteira funcional. A Carta de Lei deixa a critério do Executivo Municipal, por ser sua prerrogativa, estabelecer o uso de cartão eletrônico ou de bilhete único.

A iniciativa confere mais segurança e comodidade aos policiais e GCMs no uso do transporte público, promovendo um impacto significativo na segurança individual, já que poderão transitar em trajés civis, evitando chamar a atenção de criminosos.

O próximo passo é que o projeto seja encaminhado ao prefeito Bruno Covas, pedindo que a proposição seja sancionada e transformada na mais nova Lei paulista.

# Dise de Guaratinguetá começa a usar cães farejadores em investigações



**E**star sempre a um passo da criminalidade. Esse é o principal objetivo da polícia - seja ela civil, militar, federal. E o cão farejador é um diferencial para o sucesso das buscas e apreensões policiais. Pensando nisso, em Guaratinguetá, a Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes (Dise), começou um trabalho com cães farejadores, proposta inovadora para a categoria na região.

A iniciativa, de acordo com o investigador de polícia Rafael Carvalho de Paula, surgiu, antes de tudo, do amor que ele tem por cães e pela vontade de ter um cão farejador dentro da unidade policial. "Diante desse sentimento, da vontade de trazer novas ideias para dentro dos nossos trabalhos e considerando que algumas unidades da

Polícia Civil de São Paulo também estão trabalhando nesse sentido, foi apresentada a ideia primeiramente ao nosso delegado titular, Dr. José Marcelo Silva Hial e, posteriormente ao nosso delegado seccional de polícia, Dr. Marcio Marques Ramalho, onde os doutores gostaram da ideia e, consequentemente, autorizaram o uso do cão ideal para o trabalho", contou o policial.

Por ser uma raça consagrada entre as polícias do Brasil e do mundo inteiro, o Dise Guaratinguetá optou pelo Pastor Belga Malinois, muito ágil, inteligente, persistente e leal. Essa raça pode, inclusive, com o devido treinamento, auxiliar em buscas e salvamento de pessoas desaparecidas.

O cão foi disponibilizado por

um canil localizado na cidade de Lorena, cujo dono tem empatia com a atividade policial. A parceria começou há cerca de cinco meses e o treinamento é de responsabilidade do dono do canil, que tem 30 anos de experiência na área. "Comprometido com a causa e vendo nossa boa vontade, formamos uma parceria sólida", salienta o investigador.

## Trabalho responsável

O bem-estar é um dos pontos principais abordados pelo policial quando se trata dos cães. O cachorro que está sendo utilizado foi disponibilizado temporariamente, para o trabalho de buscas e apreensões, enquanto a filhote - que tem cinco meses e que atuará na unidade - faz o treinamento e esteja apta a ir para as ruas.

Quando os animais terminam o trabalho, eles são direcionados ao canil, que tem uma estrutura específica para serem hidratados, alimentados e receber os devidos cuidados. "Eu fico responsável pela condução do cão e também ficarei responsável pela filhote. Na minha ausência, um outro policial que acompanha o treinamento estará apto à condução dos cães", garante Raphael.

## Novas perspectivas

Historicamente, os cães começaram a ser usados para farejar substâncias ilegais no fim dos anos 60, durante a Guerra do Vietnã (1959-1975), quando o consumo de heroína entre soldados americanos tornou-se um sério problema para o Exército dos EUA.

Os cães das raças labrador, golden retriever, pastor alemão e pastor belga malinois são as raças mais usadas no combate ao tráfico de drogas. Esses

cães têm um faro apuradíssimo, graças aos seus mais de 200 milhões de células olfativas - o homem possui apenas 5 milhões.

Essas vantagens dos cães sobre os humanos garantem com que os policiais entrem em áreas de difícil acesso ou em grandes áreas construídas, pois facilita a atividade de busca, reduzindo o tempo e aumentando a eficácia das operações.

"O cão devidamente treinado pode detectar os ilícitos a longas distâncias, através de micropartículas que são deixadas pelo caminho, criando uma espécie de rastro. Outra vantagem é o efeito psicológico, pois a simples presença do animal em um local suspeito já causa transtorno emocional muito grande nas diligências de busca e apreensão, sendo, às vezes, até desnecessário o seu emprego para o êxito da operação", afirma o policial.

A evolução do trabalho na unidade foi notada: nos últimos cinco meses, já foram realizadas quatro apreensões. "Prendemos atingir bons números com o passar do tempo, afinal, o trabalho de polícia com cães torna o trabalho mais motivador, pois temos a certeza de que, se tiver drogas, armas ou munição no local, eles serão localizados", garantiu.

## Iniciativa colaborativa

De acordo com Rafael, a iniciativa tende a ser definitiva. "Esperamos, in-

clusive, que seja motivador para outras unidades do Vale do Paraíba, pois trata-se de um grande colaborador", afirma. Ele salienta que, pelo respeito que tem aos animais, prefere tratá-los com o termo "colaboradores".

Segundo o investigador, a aceitação dos policiais foi imediata, já que todos são muito abertos a novas ideias, além de o cão ter trazido mais ânimo para o trabalho.

No entanto, nem tudo são flores. Os custos do canil e o treinamento são bancados pelos policiais da unidade, enquanto buscam parcerias para auxiliar nesse sentido.

Apesar dos empecilhos e das dificuldades comumente encontradas por policiais de todo o estado em aplicar melhorias para a carreira, a felicidade dos policiais é tanta que o clima da delegacia melhorou, dando mais motivação e maior confiabilidade nas diligências.



## Curso de tiro: plataforma de integração entre a polícia paulista

Nos dias 14 e 15 de maio, os representantes do SIPESP, a diretora jurídica do Sindicato Maria Helena Torres, Heverton Kisber e Marco Antonio Aguiar estiveram na Penitenciária Feminina da Capital, no Carandiru, na zona norte de São Paulo, para a realização do curso de tiro promovido, a fim de aprimorar técnicas de tiro para garantir êxito nas operações e na segurança dos agentes. O curso contou com a participação de 23 Agentes Penitenciários nível 1 (ASP-1), que estavam em seu primeiro dia de atuação na Penitenciária; e mais 13 ASP's e Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária, no CDP.

E não parou por aí. No dia 16 de maio, os representantes do SIPESP estiveram no 83º DP - Pq. Bristol para a realização de mais um treinamento do curso de tiro ofereci-

do pela entidade gratuitamente aos policiais paulistas.

"Mais uma vez o encontro foi produtivo. Todos participaram ativamente e voltaram a fazer inúmeras vezes os exercícios ligados a posicionamento, respiração, reflexo, mira, habilidade, entre outros, sugeridos pelo nosso profissional", afirmou a diretora Torres.

O aparelho utilizado para o treinamento também é usado por órgãos de segurança americanos, como o FBI, CIA e U.S. Police. Ele foi desenvolvido pela SWAT e oferece simulações por computador que permitem a prática da habilidade de tiro em um ambiente seguro, sem custo de munição de problemas logísticos de um campo de tiro tradicional, o que torna a atividade totalmente portátil, acessível, eficiente e fácil.

Em busca de oferecer cada vez mais benefícios aos investigadores, o SIPESP estendeu, em uma iniciativa inédita, o curso de tiro virtual aos policiais civis de Marília, cidade a 443 km da Capital.

Com o apoio do delegado coordenador da Central de Polícia Judiciária (CPJ) de Marília, Dr. José Carlos Costa e do delegado seccional Dr. Wilson Carlos Frazão, o SIPESP realizou o curso em uma sala da CPJ para aproximadamente 50 pessoas, entre investigadores, delegados e policiais militares, que foram divididos em três turmas nos dias 8 e 9 de abril.

"Fomos muito bem recepcionados pelo Dr. Frazão e só temos a agradecer a todos. Foi uma experiência enriquecedora para todos os que frequentaram o curso e para



nos, do SIPESP, que conseguimos conhecer um pouco mais sobre os policiais da região", afirma a diretora Torres. Também acompanhou o Diretor de Esporte, Lazer e Cultura Alcyr Reis Junior, que é investigador em Marília e foi o responsável por fazer a intermediação da seccional com o SIPESP.

Entre as atividades realizadas pelos policiais estão o saque rápido, simulação de pane de arma, mão fraca, reação em combate com a presença de civis, tiro precisão, entre outros. Os treinamentos fazem parte da seleção desenvolvida e realizada igualmente pela SWAT, nos EUA.

O sucesso foi tão grande que uma segunda etapa será agendada. "O curso foi ótimo! Queremos fazer uma segunda rodada com a arma oficial de

cada investigador", afirmou o delegado José Carlos Costa. "Foi excelente e muito proveitoso. O nosso pessoal não tem treinamento real e não pratica com muita intensidade, então é uma oportunidade. Na próxima etapa deve estar todo mundo aqui, então será ainda mais importante", disse.

### Participe!

Para participar, basta entrar em contato com a secretária do SIPESP pelo telefone (11) 3326-8307. O curso é realizado todas às quartas-feiras, das 14h às 18h na sede do SIPESP, na Avenida Cásper Libero, 58 - 7º andar. Quer levar o curso para sua unidade? Fale com a gente! O agendamento pode ser realizado para grupos. Aproveite!



## VIII Congresso une policiais civis para debater a modernização da PC de todo o País

Realizado no dia 2 de maio, o Congresso do SINDIPOL/ES (Sindicato dos Policiais Civis do Espírito Santo), que chegou à oitava edição este ano. O SIPESP marcou presença e foi representado pela diretora do departamento jurídico Maria Helena Torres e o diretor do interior Maurício Roberto do Amaral. O evento surgiu com a latente reflexão sobre a política e organização a serem adotadas na luta pela categoria policial civil em todo o País.

"Esse evento é de suma importância para São Paulo também, por isso viemos marcar presença. A atualização, a troca de conhecimento e experiências começam com esse intercâmbio entre a polícia de todo o País", afirma a diretora Torres.

O evento, realizado no Tribunal de Contas em Vitória, contou com a presença de mais de 200 pessoas entre policiais civis, representantes sindicais e autoridades ligadas à segurança pública de vários estados para debater os caminhos a serem tomados para que

haja a modernização articulada da Polícia Civil de todo o Brasil.

Humberto Milleip, vice-presidente do SINDIPOL/ES, reforçou a importância da participação do SIPESP no evento. "É um Sindicato parceiro nosso, Sindicato de luta, que está sempre contribuindo com as mobilizações, nas lutas em prol dos policiais civis, tanto em âmbito estadual quanto em âmbito nacional", afirmou.

Os representantes do SIPESP no evento também receberam um certificado de participação do curso.

"Quero agradecer e parabenizar o presidente Rebouças que encaminhou essa representação. Dois diretores muito grandiosos em termos de representação, que são a Maria Helena e o Maurício, prestigiando nosso Congresso na luta por valorização e reconhecimento dos policiais civis. É uma guerra de todo o Brasil, de toda a Polícia Civil brasileira", disse o presidente do SINDIPOL/ES, Jorge Emilio Leal.



à partir de  
**R\$ 105\***  
 \*plano individual

PLANO DE SAÚDE

**CABE NO  
 BOLSO DO  
 POLICIAL.**

Faça agora sua cotação!

(11) 9 4754-4909